



**Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro:
um apanhado historiográfico
(c. 1820 – c. 1870)**

Leandro Goya Fontella*
Marcelo Santos Matheus**

Resumo

Neste artigo procuramos realizar um esforço de síntese historiográfica acerca de um procedimento específico à história da escravidão: a estrutura de posse escrava. A análise recai sobre pesquisas que examinaram localidades agropastoris da província do Rio Grande de São Pedro. Por sua vez, o recorte temporal se restringe, aproximadamente, às décadas iniciais do império brasileiro, até 1871, quando da primeira grande interferência estatal na relação senhor-escravo (Lei do Ventre-livre). Através desta apreciação, percebemos que a disseminação da posse cativa foi uma constante nas diferentes paragens. Isto é, a maioria dos proprietários eram senhores de poucos escravos, fato que conferiu ao sistema escravista enorme legitimidade social. Por outro lado, os proprietários que compunham a elite escravista concentravam boa parte da população cativa. Isto posto, abre-se a questão que talvez seja preciso redimensionar parte do arcabouço conceitual referente ao estudo da escravidão.

Palavras-chave: Escravidão. Estrutura de posse. Província do Rio Grande.

Abstract

This paper is an effort of historiography synthesis about a specific procedure to the history of slavery: the structure of slave ownership. The analysis is based on research that examined agricultural regions of the province of Rio Grande do Sul. In turn, the time frame is restricted,

* Mestre em História UFRGS (2013); doutorando em História Social pela UFRJ; integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional*; e-mail: <leandro-goya@hotmail.com>.

** Mestre em História pela UNISINOS (2012); doutorando em História Social pela UFRJ; bolsista CAPES; integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional*; e-mail: <msmportugues@hotmail.com>.

approximately, from the early decades of the Brazilian empire until 1871, when the first big state interference in the master-slave relationship took place (Free Womb Law). Through this assessment, it is noticed that the spread of the captive held was a constant at the different stops. That is, most owners were lords of few slaves, which conferred to the slave system an enormous social legitimacy. On the other hand, the slave owners who formed the slavery elite concentrated much of the captive population. That being said opens the question of the possibility of needing to resize part of the conceptual framework related to the study of slavery.

Keywords: Slavery. Ownership Structure. Rio Grande do Sul Province.

Introdução

Nas duas últimas décadas, com o crescimento do número de cursos de Pós-Graduação em História, a produção específica à área cresceu vertiginosamente. No Rio Grande do Sul, atualmente, funcionam nada menos do que sete cursos em que há, no mínimo, o nível de mestrado, de onde são produzidas um significativo número de pesquisas anualmente.¹ De maneira geral, destaca-se a produção referente à história da escravidão (XAVIER, 2007).

A variedade de temas, no que diz respeito ao passado escravista na Capitania e, depois, Província do Rio Grande, é a tônica desta produção. Dentre as temáticas se destacam: 1) a importância do trabalho cativo nas diferentes tarefas produtivas – realçando-se a sua representatividade na lida com o gado;² 2) a questão do comércio de escravos africanos;³ 3) a relevância da família cativa e sua reprodução no tempo;⁴ 4) a vivência em espaços urbanos;⁵ e 5) a experiência dos cativos em um espaço fronteiro com outros Estados.⁶

Pode-se afirmar que todas estas pesquisas vêm descortinando diferentes aspectos da presença e da vida dos escravos que viveram no Brasil meridional.⁷ Contudo, um tema, que ora surge como apoio a problemas outros, ora como elemento central da(s) pesquisa(s),

¹ Destacam-se os programas de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde há os níveis de Mestrado e de Doutorado, e os programas da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal de Rio Grande e da Universidade de Passo Fundo, onde há o nível Mestrado.

² ZARTH (1997; 2002), OSÓRIO (2007), FARINATTI (2010), ARAÚJO (2008), TEIXEIRA (2008), PERUSSATTO (2010), MATHEUS (2012), CORRÊA (2013), FONTELLA (2013).

³ BERUTE (2006), ALADRÉN (2013).

⁴ LAUREANO (2000), GUTERRES (2005), PETIZ (2009), PINTO (2012), PESSI (2012).

⁵ MOREIRA (2003), SCHERER (2008), ALADRÉN (2009), GOMES (2012).

⁶ PETIZ (2006), ARAÚJO (2008), CARATTI (2010), LIMA (2010), MATHEUS (2012), ALADRÉN (2013).

⁷ É fundamental frisar que muitos dos trabalhos já citados abordam ainda em suas análises a temática da passagem da escravidão para a liberdade.

aparece com certa constância nos diferentes trabalhos, servindo de pano de fundo, isto é, para contextualizar o cenário em que os diversos problemas de pesquisas são aplicados: a distribuição da propriedade cativa pelos diferentes tamanhos de escravarias ou, nas palavras dos especialistas, a *estrutura de posse escrava*.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo realizar um apanhado historiográfico acerca das pesquisas que lançam mão deste expediente analítico. Acreditamos que já foram produzidos conhecimento e massa crítica suficiente para, neste momento, realizarmos um esforço de síntese historiográfica,⁸ respondendo a algumas perguntas, como: quais eram as características da posse escrava na província? Há traços comuns entre as diferentes regiões abordadas? Ocorre alguma mudança no padrão da posse cativa da primeira metade do século XIX para as duas décadas após o fechamento do tráfico atlântico de escravos? As respostas a estas diferentes questões ajudará, no nosso entendimento, a desenharmos um quadro do cenário escravista na província e, talvez, auxiliar no (re)dimensionamento de futuras pesquisas que pretendem se utilizar deste recurso.⁹

Para tanto, dividimos o texto em dois tópicos: no primeiro, abordamos, brevemente, os critérios que consideramos relevantes à elaboração de uma estrutura de posse de cativos; no segundo, analisaremos a estrutura de posse na província, durante o período imperial em dois momentos: até 1850, ou seja, enquanto o tráfico de escravos estava em pleno funcionamento, mesmo que de forma ilegal; depois, a vez é de verificarmos a posse cativa entre a promulgação da Lei Eusébio de Queirós até 1871 (Lei do Ventre Livre), quando a instituição escravista sofre a primeira intervenção estatal na relação senhor-escravo.¹⁰ Desta forma, como o leitor poderá perceber, uma mesma pesquisa, que tem o seu alinhamento temporal para além deste recorte por nós proposto, aparecerá nos dois momentos.

Por fim, iremos conjecturar algumas hipóteses e considerações finais a partir dos resultados alcançados. O intento é, na verdade, averiguar que tipo de implicação teórica o tamanho das posses cativas (i.e., o padrão encontrado nos diferentes estudos, se for o caso)

⁸ Ressaltamos que não é nosso objetivo abordar os variados aportes teóricos que orientam as interpretações dos autores contemplados. Essa decisão, no entanto, não deve sugerir que exista uma uniformidade teórica entre os estudos discutidos.

⁹ É importante ressaltar que nos deteremos em áreas que tinham na agropecuária sua principal atividade econômica – não tratando das regiões porto-charqueadores, como, por exemplo, os municípios de Pelotas e Rio Grande. Da mesma forma, a capital da província, Porto Alegre, anda carece de estudos desta natureza para o período imperial.

¹⁰ Esclarecemos que a análise desenvolvida recaiu quase que estritamente sobre a dimensão socioeconômica. Isto é, elegemos verificar em que proporção se deu a dispersão da propriedade cativa pela malha social e, também, quais os níveis de concentração da posse de escravos em determinados estratos sociais. Logo, nosso estudo se detém, insistimos, num plano estritamente socioeconômico. Portanto, a orientação analítica deste texto não contempla as esferas ideológico-cultural, política, relacional, etc., o que não quer dizer que sejam menos importantes e/ou prescindíveis para o adequado entendimento das relações e do sistema escravista.

verificadas tem sobre a natureza do sistema escravista, ou melhor, sobre o entendimento que temos do mesmo.

1 Parâmetros para uma *estrutura de posse escrava*

Como já mencionado, tornou-se uma prática comum a muitos historiadores, em trabalhos de maior fôlego (caso de dissertações e teses que têm na escravidão sua temática central) a realização, quase sempre nos primeiros capítulos, de uma *estrutura de posse escrava*. Grosso modo, a partir de uma fonte em que apareça o nome do proprietário e quantos escravos ele tinha em determinado momento de sua vida, quantifica-se uma série de elementos passíveis de análise, como a quantidade de cativos por escravaria, a naturalidade (se crioulos ou africanos), a razão de sexo, a idade dos escravos, as características dos senhores, dentre outros aspectos.

Entretanto, duas questões devem ser atentadas para que os estudos não tenham, apenas, um fim em si mesmo e possam servir a outros pesquisadores no sentido de produzir comparações: a fonte utilizada para a realização da estrutura de posse e os recortes temporais estipulados para tal feito. Não é nossa intenção deslegitimar ou engessar parâmetros outros que não os propostos aqui, nem estabelecer quais deveriam ser os pressupostos básicos para a utilização deste recurso metodológico, até porque outros historiadores já o fizeram com mais detalhamento e refinamento.¹¹ E também porque a disponibilidade de fontes, e as características das mesmas, variam de lugar para lugar. Mas a reflexão acerca destes dois pontos levantados é importante.

No geral, a fonte mais utilizada para este tipo de estudo são os inventários *post-mortem*, documento do qual, quando da morte de um indivíduo que tinha bens para serem inventariados e partilhados, sabe-se se ele era ou não senhor de escravos e, caso fosse, algumas das particularidades de sua escravaria. Entretanto, outras fontes também foram utilizadas para o estudo da posse escrava como, por exemplo, listas nominativas de fogos, rol de confessados, registros de batismos e de óbitos e listas de classificação de cativos.¹² O interessante é que, geralmente, todas estas fontes, além de minimamente homogêneas quanto ao seu conteúdo, são reiterativas (excetuando-se as listas de classificação), ou seja, repetem-se

¹¹ MOTTA (1999), SCHERER (2008), PESSI (2012).

¹² É praticamente impossível citar todos os trabalhos, na historiografia brasileira, que recorreram a este recurso. Dentre outros, ver: (LUNA, 1981; COSTA, 1983; SCHWARTZ, 1988; MOTTA, 1999). Para a utilização de listas de classificação com o mesmo fim: (MARCONDES, 2010). Para o exemplo de estrutura de posse a partir de registros de batismo e óbitos: (FRAGOSO, 2006; GIL e SIRTORI, 2012; ENGEMANN, ASSIS e FLORENTINO, 2003).

ao longo do tempo, sendo passíveis de um estudo serial. Com isso, é possível encontrar os principais padrões em uma conjuntura temporal de maior alcance.

Para o caso da província do Rio Grande de São Pedro, em razão, fundamentalmente, da inexistência de lista de fogos ou de fontes da mesma natureza, a maioria dos trabalhos lançam mão dos inventários *post-mortem* para a averiguação da estrutura de posse escrava.¹³ Todavia, estudos recentes se propuseram a explorar os registros de batismos e as listas de classificação do Rio Grande de São Pedro, existentes para a década de 1870, com o intuito de melhor conhecer as características das escravarias de determinada região.

Este aumento da diversidade de fontes no emprego da estrutura de posse pode trazer resultados muito interessantes. Como se sabe, os inventários sobre-representam as camadas mais abastadas da sociedade.¹⁴ Já as listas de classificação, por exemplo, possibilitam uma verificação bem mais aproximada de quantos senhores, de fato, existiam naquele momento (década de 1870). Por seu turno, os registros de batismo alcançam uma miríade de proprietários que, em algum momento de suas vidas, foram senhores de alguns (poucos) escravos (geralmente uma cativa e seu[s] rebento[s]), mas que ao falecerem podiam não mais o ser – ou mesmo nem ter feito inventários, devido a precariedade, ou inexistência, de suas posses.

Assim, parece-nos que a variação das fontes e mesmo o cruzamento dos resultados a partir de diferentes documentos seria o mais profícuo. Este procedimento revelaria estruturas imperceptíveis e/ou diferenciadas, abrindo a possibilidade de análises mais complexas.

Por sua vez, estabelecer os recortes temporais da estrutura de posse é um passo fundamental, pois há balizas dentro do processo histórico que não podem, ou não devem, ser ignoradas. Dentro do período imperial brasileiro, um determinante histórico salta aos olhos: o fim definitivo do tráfico atlântico de escravos, em 1850. Este acontecimento é importantíssimo pelo simples fato de que, a partir dele, um dos meios de reprodução da escravidão se fechou – o tráfico de africanos. Neste contexto, a partir de 1850 somente a reprodução natural, que já era importante antes desta data, restou para que a instituição não definhasse, o que, de fato, só irá ocorrer com a Lei do Ventre Livre, em 1871.

¹³ A pesquisa de doutorado, que está em andamento, de André do Nascimento Corrêa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade do Vale do Rio dos Sinos, poderá revelar importantes estruturas até então desconhecidas para a província. Em seu estudo, André Corrêa explora uma fonte bastante rara, qual seja, a lista de fogos para o município de Caçapava, lócus de sua pesquisa.

¹⁴ FRAGOSO; PITZER (1988), GARCIA (2005), FARINATTI (2010). Graciela Garcia, no entanto, ressalva que os inventários também “revelam uma ampla fração da sociedade que, apesar de possuir bens, não pode ser considerada abastada” (GARCIA, 2005, p. 47).

O fim do tráfico foi decisivo – já que uma de suas características foi o alto percentual de homens traficados –, pois diminuía o potencial de reprodução natural. Aos africanos que não conseguissem uma parceira no interior do cativeiro sobravam as forras ou mulheres livres (e pobres, em geral) para se relacionar, amancebar ou casar. O que, por óbvio, não alimentava a escravidão com novos rebentos. Por isso tudo, analisar a estrutura de posse antes de depois de 1850, a nosso ver, parece ser o mais correto, já que delinea questões importantes sobre a escravidão no Brasil.

2 A estrutura de posse de escravos em regiões agropastoris do Rio Grande de São Pedro

Nesta seção, passamos a abordar os estudos que realizaram análises da estrutura de posse de cativos em regiões marcadamente agropastoris sul rio-grandenses. Ao longo da exposição dos dados destas diversas pesquisas buscaremos, de forma sintética, esclarecer a localização geográfica de tais áreas, assim como prestar informações básicas sobre suas principais características socioeconômicas. Como estratégia narrativa definimos que a exposição dos estudos será subdividida em dois períodos, qual sejam: antes e depois de 1850. Além disso, procuramos respeitar a ordem cronológica de publicação dos respectivos trabalhos.

2.1 Estruturas de posse de cativos antes da coibição do tráfico negreiro em 1850

Como já foi posto, diversos autores vêm se ocupando da análise das relações escravistas, e por isto o exame da estrutura de posse de escravos, principalmente através dos inventários *post-mortem*, tem sido um expediente recorrentemente utilizado. Em se tratando do período imperial anterior ao ano de 1850, começamos destacando a dissertação de mestrado de Thiago Leitão de Araújo (2008). Sua investigação teve como sítio de pesquisa a Vila de Cruz Alta, localizada no Planalto sul rio-grandense,¹⁵ entre 1834 a 1884. Ao desenvolver sua análise sobre a estrutura da propriedade de cativos, este autor subdividiu seu

¹⁵ Região do planalto rio-grandense se caracterizava por uma paisagem agrária com campos nativos recortados por significativas áreas florestais. Sobre a História agrária da região do planalto rio-grandense ver: (ZARTH, 1997). A Vila de Cruz Alta foi instalada em 1834. O planalto sul rio-grandense foi povoado principalmente por paulistas que habitavam a região que viria a ser a província do Paraná. Estes colonos trouxeram seus escravos com o objetivo de estabelecerem ligações comerciais entre o planalto rio-grandense e o paranaense. Deste processo resultou a formação de um circuito que interligava as regiões através da abertura de estradas para a passagem das tropas de *vacuns* e muare que se destinavam à feira de Sorocaba, em São Paulo. “O predomínio de campos e florestas na região contribuiu para a formação de duas formas de estabelecimentos rurais: de um lado, as grandes fazendas de gado nas zonas de campo nativo e, de outro, a agricultura de subsistência nas áreas de floresta que era desenvolvida em pequenas propriedades por lavradores nacionais que, no caso em questão, também eram extrativistas de erva-mate” (ZARTH apud ARAÚJO, 2008, p. 30).

recorte temporal geral em quatro sub-recortes, sendo o primeiro deles o que abrange o intervalo de tempo que se estende entre 1834 a 1849.¹⁶

Segundo Thiago Araújo, o percentual de inventários com escravos na Vila de Cruz Alta entre 1834 e 1884 girava em torno de 73%. Em relação ao primeiro sub-período estabelecido, o autor constatou que:

53,3% dos senhores possuíam entre 1 e 4 cativos, mas detinham somente 13,8% dos escravos. Os senhores que possuíam entre 5 e 9 cativos compõem 23,3% dos escravistas e detêm 21,7% dos escravos [...]. Juntando as duas faixas, o que se pode considerar pequenos escravistas, somam 76,6% dos proprietários detendo 35,5% dos escravos. Os médios e grandes proprietários, os que possuíam entre 10 e 19 escravos e 20 ou mais, perfazem 23,3% dos escravistas concentrando 64,5% dos cativos” (2008, p. 69-70).

Os dados levantados por Thiago Araújo já nos dão um primeiro indício de uma tendência que parece ter se repetido por quase todas as regiões do Império do Brasil. Este padrão aponta para um quadro de ampla legitimidade social da escravidão, uma vez que se caracteriza pela disseminação da posse de escravos por todos os estratos sociais da população brasileira. Não obstante, a concentração da propriedade cativa era bastante aguda, isto é, poucos senhores detinham a posse da maioria dos escravos. O próprio T. Araújo argumentou que os dados averiguados para o Planalto sul rio-grandense

assemelham-se aos padrões de posse de escravos que a bibliografia aponta como os mais recorrentes nos universos escravistas que produziam para abastecer o mercado interno da Colônia e do Império, ou seja, a maioria dos proprietários era senhor de poucos escravos, concentrando, quando muito, pouco mais de 1/3 dos cativos (2008, p. 70).

Para a região da Campanha sul rio-grandense, mais especificamente a Vila de Alegrete,¹⁷ duas pesquisas deslindam como se distribuía a posse cativa naquele espaço. Em

¹⁶ Os outros três são: 1850 a 1859, 1860 a 1869 e, por fim, 1870 a 1879. Os dois primeiros destes sub-recortes serão oportunamente tratados no espaço dedicado às análises do período pós-1850.

¹⁷ Alegrete foi estabelecida nas três primeiras décadas do século XIX sobre a área que era conhecida como Campos ao Sul do Ibicuí no decorrer do processo de conquista do Espaço Oriental Missioneiro pelos luso-brasileiros. Em 1831 foi elevada a condição de Vila, ocupando significativa parte da região que se convencionou a chamar de Campanha sul rio-grandense, onde se situavam excelentes campos para o pastoreio bovino. Segundo Luís Augusto Farinatti, este processo “de apropriação de terras e animais, de colonização estável e de violenta conquista militar, permitiu a expansão da economia baseada na pecuária extensiva e o desafoço da sociedade das áreas antigas, mediante a incorporação de uma nova fronteira. [...] A produção pecuária vicejou, aproveitando os estímulos mercantis para a produção bovina e de carne salgada, fornecidos pelas economias de agroexportação de outras regiões do Brasil. Apesar do indiscutível protagonismo dos grandes estancieiros, eles não eram os únicos a desempenharem essa atividade. Uma larga base de pequenos e médios produtores, com ou sem a posse jurídica da terra, encontravam, também, seu espaço. A exemplo de muitas outras regiões do Brasil, também ali a escravidão teve um papel estrutural e uma hierarquia fortemente desigual se reproduziu, mesmo com as

primeiro lugar, por meio de inventários *post-mortem*, Luís Augusto Farinatti (2010) verificou que nas duas décadas entre 1831 e 1850 o percentual dos criadores de gado que possuíam escravos foi de 86% e 82% respectivamente. Verificou-se também que em período semelhante (1829 a 1849), 70,5% dos senhores inventariados detinham escravarias com poucos escravos, ou seja, de 1 a 9 cativos (MATHEUS, 2012). “Por outro lado, apenas 31% dos escravos estavam nestas escravarias, enquanto que 29,5% de médios e grandes proprietários eram senhores de quase 70% dos cativos” (MATHEUS, 2012, p. 82). Em uma análise comparativa com estudos que examinaram outras regiões do Rio Grande de São Pedro e também outras áreas pastoris do Império brasileiro, averiguou-se a forte concentração de escravos em poucas escravarias, assim, concluiu-se que a “dispersão da posse escrava parece ter sido a tônica em muitas regiões do Brasil imperial até 1850” (MATHEUS, 2012, p. 83). É importante frisar que o exame de Matheus deu-se a partir dos *Catálogos da Escravidão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (doravante, Catálogos do APERS),¹⁸ condição que fragiliza as análises realizadas devido a algumas inexatidões existentes neste material.¹⁹

As pesquisas de Silmei Petiz (2007; 2009), Melina Perussato (2010)²⁰ e Roberta Zettel (2011) focaram suas investigações sobre a Vila de Rio Pardo²¹ e nos informam sobre a estrutura escravista desta localidade por um longo período – de 1769 até a década de 1880. Contudo, devido ao recorte temporal que definimos, neste texto abordaremos apenas os resultados que dizem respeito ao intervalo de 1810 a 1869. R. Zettel (2011) examinou a estrutura de posse de cativos de tal localidade entre as décadas de 1840 a 1880. Entretanto, o

mudanças que foram acontecendo ao longo do Oitocentos. Além disso, todo aquele mundo estava marcado pelo signo da guerra e da fronteira. Mais do que influências momentâneas, a insegurança trazida pelas instáveis conjunturas de fronteira e a sombra da guerra, latente ou efetiva, condicionavam as escolhas dos sujeitos e a direção do processo histórico” (2010, p. 27-28).

¹⁸ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão:** inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

¹⁹ Em texto recente, demonstrou-se que para a região das Missões entre 1828 e 1859 há diversos processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja e na localidade de Itaqui que não constam nos Catálogos do APERS (FONTELLA, 2013; 2013a). Este descompasso acaba gerando sérios problemas para as pesquisas, em especial, àquelas de cunho quantitativo, haja vista que o pesquisador que se atém apenas aos Catálogos do APERS corre sérios riscos de apresentar dados com amplas margens de erro ou até mesmo equivocados, o que, por sua vez, compromete na elaboração de suas análises.

²⁰ Como o recorte temporal estabelecido por Melina Perussato (2010) é entre os anos de 1860 a 1888, os resultados de sua pesquisa serão apresentados e discutidos no próximo tópico.

²¹ Ao longo da segunda metade do século XVIII a Fronteira do Rio Pardo ocupava vasta área e se constituía no limite mais ocidental da América portuguesa em seus domínios meridionais. Com a anexação do Espaço Oriental Missionário as possessões luso-brasileiras no começo do século XIX, Rio Pardo foi elevado a condição de Vila em 1809, sendo um dos quatro primeiros municípios constituídos no Rio Grande de São Pedro, e ocupava quase metade do território da então Capitania. No decorrer do Oitocentos, paulatinamente diversas localidades deixaram de estar sob jurisdição político-administrativa da Vila de Rio Pardo. Assim, a mesma ficou circunscrita a um espaço na região centro-leste da província sul rio-grandense. Ali o pastoreio bovino também se conformou como a principal atividade produtiva (PETIZ, 2009; PERUSSATO, 2010; ZETTEL, 2011).

exame de Zettel, da mesma maneira que o de Marcelo Matheus, foi realizado com base nos Catálogos do APERS. Portanto, guardadas as devidas especificidades teórico-metodológicas de cada trabalho, a mesma ressalva feita ao estudo de Matheus se aplica ao de Zettel, isto é, a possibilidade de haver incorreções em tal material pode gerar inconsistências nas análises desenvolvidas. Além disso, a própria autora reconhece que devido “a quantificação a partir do Catálogo do APERS, [...], não foi possível detectar o número de inventários de não-proprietários [de escravos]” (ZETTEL, 2011, p. 58). Para tentar equacionar esta lacuna, ela recorre a um texto de S. Petiz (2007). Conforme este autor, aproximadamente 84,5% dos inventários abertos em Rio Pardo entre 1769 e 1840 tinham cativos arrolados. Com base nisso, R. Zettel afirma que, “se excluirmos a faixa dos sem escravos da análise de Petiz, perceberemos uma constância nos padrões de posse desde 1769 até 1881, com uma discreta tendência a pulverização da propriedade escrava [...]” (2011, p. 58).

No que concerne à estrutura da propriedade de cativos na Vila do Rio Pardo entre 1810 e 1835, Silmei Petiz (2009) apontou que as modestas escravarias representavam 67% do total, e nelas viviam apenas 37% dos cativos. Por outro lado, as médias e grandes escravarias perfaziam apenas 33%, mas acumulavam 63% dos escravos. Os dados que Roberta Zettel (2011) levantou por meio dos Catálogos do APERS para a década de 1840 mostram que os pequenos escravistas eram 62% dos senhores enquanto que os outros 38% eram de médios e grandes. A autora mostrou também que entre 1840 a 1881 os pequenos escravistas perfaziam cerca de 77% dos senhores e acumulavam 45,5% dos cativos, sendo assim, os senhores de médias e grandes escravarias representavam 23% e acumulavam 54,5% dos escravos. Há que se salientar que Zettel não apresentou os dados específicos para cada uma das décadas que analisou (1840 até 1881). Porém, a partir das consistentes informações apresentadas por S. Petiz (2007; 2009) e, também, pelos dados parciais levantados por R. Zettel (2011), acreditamos que não é desproporcional argumentar que na região de Rio Pardo, antes do encerramento do tráfico negreiro, se reproduziu o padrão de disseminação/concentração da posse cativa.

André do Nascimento Corrêa (2013) dedicou-se a analisar a estrutura agrária e escravista na localidade de Caçapava entre 1820 e 1850, região próxima a Vila do Rio Pardo.²² Este autor verificou que ao longo destas três décadas cerca de 88% dos processos de

²² Segundo André Corrêa, o início do povoamento luso-brasileiro se começou no final do século XVIII, momento em que tal área, junto com a região de Rio Pardo e Cachoeira, constituía-se como o ponto mais avançado da fronteira oeste nas possessões meridionais do Império português na América, espaço que era alvo de disputa com o Império espanhol. Nas palavras do autor, “com o decorrer dos anos e um aumento ‘significativo’ de povoadores, no ano de 1800 ocorreu a criação de uma Capela Curada, sob o orago de Nossa

inventários abertos naquela localidade possuíam escravos arrolados, número superior aqueles vistos por Luís A. Farinatti para a Campanha sul rio-grandense, região de pecuária de maior vulto e rendimento em todo o Rio Grande de São Pedro. Este dado nos impele a refletir sobre o papel fundamental que o sistema escravista desempenhou em localidades com estruturas econômicas modestas e até mesmo pauperizadas.

No tocante a estrutura de posse de escravos, André Corrêa apurou que, entre 1821 e 1850, 75% dos senhores eram pequenos escravistas (possuíam de 1 a 9 cativos), mas que detinham apenas 37% do total de escravos inventariados. Consequentemente, 25% de médios e grandes escravistas acumulavam nada menos do que 63% dos cativos.

Para a região das Missões, mais especificamente a Vila de São Borja,²³ entre 1828 a 1850, o número proporcional de inventários que tiveram escravos arrolados ficou em torno de 90% (FONTELLA, 2013). Nesta área, apurou-se que os pequenos escravistas representavam 77% dos proprietários e detinham 45% dos cativos. Por sua vez, médios e grandes escravistas compunham 23% do universo dos senhores, concentrando cerca de 55% dos escravos.

Por fim, nos últimos anos, alguns autores estão realizando experimentações a partir dos registros de batismo. No que diz respeito à estimativa de estrutura de posse cativa, destacaremos os resultados obtidos em nossas próprias pesquisas.²⁴ Por meio dos registros de batismos da Matriz de São Francisco de Borja, percebeu-se que, entre 1829 e 1837, 90% dos proprietários tiveram cativos que compareceram a pia batismal de uma a duas vezes, englobando 73% dos escravos, nada menos do que 77 diferentes senhores tiveram cativos batizados. No intervalo de 1845 a 1859, contabilizou-se 297 senhores, destes, 82% batizaram um ou dois cativos, acumulando 61% destes (FONTELLA, 2013).²⁵ Em Bagé, localizada no extremo sul da província, fazendo fronteira com a Banda Oriental (futura República Oriental do Uruguai), e que tinha na pecuária extensiva sua principal atividade

Senhora da Assunção de Caçapava. [...]. No ano de 1831, [...] Caçapava foi elevada a categoria de Vila, tendo seus territórios desmembrados dos de Cachoeira, Piratini e Rio Pardo e passando a mesma à Freguesia. Com a elevação de Caçapava a Vila, foi estabelecida a câmara de vereadores. No entanto, esta somente teve sua efetivação no ano 1834, quando ocorreu a instalação do município” (2013, p. 33-34).

²³ A Vila de São Borja foi criada em 1833 e sua Câmara de Vereadores foi estabelecida no ano seguinte. Sob a jurisdição desta Vila ficou praticamente todo o território que antes era denominado de Província de Missões, sobre o qual haviam sido estabelecidas ao longo dos séculos XVII e XVIII as Sete reduções jesuítico-guaranis do lado oriental do Rio Uruguai. A Província de Missões foi anexada às possessões luso-brasileiras no decorrer das três primeiras décadas do século XIX; a partir disto se desencadeou o processo de povoamento luso-brasileiro deste espaço e a sua incorporação ao sistema produtivo agropastoril privado do império escravista português e, posteriormente, brasileiro.

²⁴ Para estudos que realizaram estimativas de posse de cativos com registros paroquiais no período colonial sul rio-grandense ver: SIRTORI (2008), SIRTORI e GIL (2012) e FONTELLA (2011).

²⁵ Nesta tímida análise o critério utilizado foi considerar o número de batismos, somando apenas os rebentos levados para batizar, dividindo os senhores entre aqueles que apareciam em uma, duas ou mais de duas cerimônias. Sem dúvida, tal procedimento é bastante problemático.

econômica, entre 1829 e 1850, os escravos que compareceram a pia batismal pertenciam a 499 senhores diferentes (MATHEUS, 2013).²⁶

Enfim, estes estudos, mesmo com todos os problemas advindos da utilização dos batismos e da falta de padronização metodológica para tal empreitada,²⁷ corroboram o que as pesquisas que se utilizam dos inventários já demonstraram: uma grande dispersão da posse cativa. No entanto, os registros de batismos revelam uma quantidade de senhores muito maior do que a encontrada nos inventários, o que, todavia, não chega a ser uma surpresa, dada a natureza diferenciada de ambas as fontes.

Portanto, levando em conta os resultados obtidos nestas pesquisas – que contemplaram *grosso modo* o período de 1820 a 1850 –, podemos perceber que, embora tenha havido sensíveis variações, em todas as regiões estudadas reproduziu-se o padrão de disseminação da posse de escravos pelo tecido social juntamente com a concentração destes em poucas escravarias. Cabe-nos, a partir de agora, confrontar esses resultados com aqueles averiguados para o período posterior ao fechamento do tráfico transatlântico de escravos africanos, ocorrido em 1850. Desse modo, poderemos apreender se o impacto do fim da entrada de cativos africanos desestruturou, ou não, esse padrão que se reiterava por diversas regiões da província do Rio Grande de São Pedro.

2.2 Estruturas de posse de cativos depois da coibição do tráfico negro em 1850

De imediato abordaremos as pesquisas de autores já contemplados no subcapítulo anterior, e que trabalharam com ambos os períodos considerados neste artigo. Para o Planalto sul rio-grandense, Thiago L. de Araújo (2008) verificou a variação do percentual de inventários com escravos; se antes de 1850 eles representavam 73%, na década de 1850 este percentual chegou a cerca de 76%, para na década de 1860 voltar ao patamar visto no período pré-1850. Segundo o autor, “não há, portanto, um decréscimo no percentual de inventariados que possuíam escravos que possa sugerir um contexto de decadência econômica da escravidão na década de 1860” (2008, p. 81). No que se refere ao padrão verificado na seção 2.1, os dados apontados por Araújo para as décadas de 1850 e 1860 sugerem sua continuidade. O autor mostrou que a propriedade de escravos permanecia disseminada pela sociedade. A proporção de pequenos escravistas ficou em 71,5% na década de 1850 e 70% na de 1860, sendo que concentravam em suas posses apenas 35,8% e 41% dos escravos, nos respectivos

²⁶ Aqui foi utilizado uma metodologia mais refinada pra quantificação dos cativos. Seguindo o método de GIL (2012), contabilizou-se todos os batizados, mães e padrinhos cativos, excluindo aqueles repetidos (como uma mãe, por exemplo, que batizou quatro filhos).

²⁷ Acerca desta questão, ver: GIL (2012) e FONTELLA (2013).

decênios. Médios e grandes senhores de cativos, por consequência, perfaziam 28,5% em 1850 e 30% em 1860, acumulando 64,2% e 59% dos escravos, respectivamente. Em que pese as sensíveis variações, cremos que elas não esboçam uma alteração significativa no quadro verificado para o período anterior a 1850.

Com foco na Campanha sul rio-grandense, Luís A. Farinatti (2010) averiguou que 85% dos criadores de gado *vacum* possuíam escravos na década de 1850, mantendo praticamente o mesmo patamar das duas décadas anteriores (86% e 82%). Todavia, nos anos 1860 esta proporção reduziu-se para cerca de 68%. Conforme o autor,

o acesso à propriedade de escravos era bastante difundido entre os inventariados de Alegrete, pelo menos até o fim da década de 1850. Durante todo o período trabalhado, a maioria dos pequenos criadores que deixaram inventários *post-mortem* tinha acesso ao trabalho cativo. Por outro lado os efeitos do aumento do preço dos escravos, em razão do final do tráfico atlântico de cativos, já se faziam sentir no município, na década de 1850. Houve uma redução nas médias de escravos por inventários ao longo do período. Ela foi potencializada pelo decréscimo brutal no percentual de africanos que formavam as escravarias, pela elevação do número de crianças e pela tendência para a diminuição do número de homens (2010, p. 368-369).

Os dados levantados por Luís A. Farinatti insinuam que o fim do tráfico negreiro afetou consideravelmente o acesso à mão-de-obra cativa. Eles sugerem que a pecuária de grande monta desenvolvida na Campanha estava intimamente vinculada ao tráfico de escravos africanos, o que parece não ter ocorrido de forma tão intensa no Planalto. Além disso, mesmo com a queda de 17 pontos percentuais na proporção de criadores escravistas entre os anos de 1850 e 1860, ainda assim quase 70% dos criadores da região eram senhores de escravos. Esta situação expressa a solidez da estrutura escravista do pastoreio desenvolvido na Campanha sul rio-grandense.

Em relação à estrutura de posse de cativos, entre 1850 a 1869, os senhores de pequenas escravarias atingiram a proporção de 74% do total de escravistas, mas só possuíam cerca de 40% do universo de escravos inventariados (antes de 1850 eram 70,5% e eram donos de 31% dos cativos). Por sua vez, os médios e grandes escravistas eram apenas 26% e concentravam 60% dos cativos (MATHEUS, 2012). Tais números mostram que nem mesmo o impacto causado pelo fim do tráfico negreiro acarretou a desestruturação do padrão de disseminação/concentração da posse de cativos na região da Campanha, fato que mostra uma considerável capacidade de adaptação deste padrão frente às diferentes macroconjunturas econômicas e políticas do Império brasileiro.

Voltando as atenções para a região das Missões, verificou-se que, na década de 1850, 79% dos produtores rurais da região eram donos de cativos. Em contraste com o período anterior a 1850, constatou-se uma não desprezível queda de 11 pontos percentuais (FONTELLA, 2013). No entanto, entendemos que é expressiva a proporção de quase 80% de produtores escravistas após o fechamento do tráfico atlântico. Número pouco superior ao averiguado no Planalto, onde a pastoreio bovino era de envergadura menor do que a praticada na região das Missões, e pouco inferior ao visto na Campanha, onde a pecuária extensiva era mais desenvolvida que nas outras duas regiões referidas (FONTELLA, 2013).

Nos anos 1850, na região das Missões, 71% dos escravistas possuíam modestas escravarias (até 9 cativos). Este grupo acumulava 40% dos escravos (antes de 1850 eram 77%, concentrando 45% dos cativos). Em contrapartida, os médios e grandes escravistas representavam 29% do total de produtores donos de cativos e concentravam 55% dos escravos. Sem dúvida houve variações na participação de cada grupo no universo dos produtores escravistas e na proporção de acumulação dos cativos inventariados, contudo, cremos que elas foram incapazes de alterar o padrão de disseminação/concentração estabelecido nas décadas anteriores a 1850.

Em seu estudo focado sobre São Francisco de Paula de Cima da Serra (1850 – 1871),²⁸ freguesia localizada na região serrana sul rio-grandense, Luana Teixeira (2008) também recorreu ao expediente da estrutura de posse de cativos. A autora verificou que em tal localidade, aproximadamente 78% dos proprietários inventariados eram senhores de escravos. Destes, expressivos 86,4% possuíam pequenas escravarias, onde viviam cerca de 57% dos escravos inventariados, uma proporção bastante significativa. Ou seja, mais da metade dos cativos da referida freguesia pertencia a senhores de poucos escravos. Os números apresentados por L. Teixeira são sintomáticos, já que em poucas localidades abordadas neste artigo o grupo dos modestos senhores de escravos acumulou mais cativos do que na faixa de

²⁸ “O início da ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul está intimamente relacionado à abertura dos primeiros caminhos de tropas que ligavam Colônia do Sacramento a Sorocaba bem como à chegada de açorianos ao litoral sul-brasileiro, ambos [os] acontecimentos de meados do século XVIII. Através da doação de sesmarias e da ocupação de terras, paulistas e portugueses (principalmente) estabeleceram-se na região e, preando o gado solto, iniciaram a produção pastoril. Nas décadas de 1850 e 1860, a região [...] era conhecida pelos contemporâneos por ‘campos de cima da serra’” (TEIXEIRA, 2008, p. 24). Como Luana Teixeira destaca, no decorrer do século XIX, a pobreza foi uma das principais características da região serrana. Em tal região, as condições naturais desfavoráveis como o relevo acidentado afetavam negativamente o rendimento tanto da agricultura quanto da pecuária. Além disso, a comunicação, o transporte de produtos, a circulação de bens e monetária também sofriam. Devido a estas dificuldades, não era raro, portanto, nesta região encontrar localidades praticamente isoladas, onde se praticava quase que somente uma economia de subsistência.

médios e grandes.²⁹ Mesmo que estes fossem apenas 22% dos proprietários escravistas e possuíssem consideráveis 43% dos cativos, a distribuição da posse escrava na freguesia era bem menos desigual que na maioria das regiões do Rio Grande de São Pedro.

A interlocução com a pesquisa de Luana Teixeira é deveras importante. Tendo em vista que a região dos Campos de Cima da Serra se caracterizava por seu alto grau de pauperização, não deixam de ser impressionantes os dados apontados pela autora. Isto é, até mesmo nos espaços mais empobrecidos, com estrutura produtiva modesta, economia débil e pouco dinâmica, a escravidão se erigia de maneira sólida, desfrutando de ampla legitimidade social.

Para a região de Rio Pardo, as pesquisas de Roberta Zettel (2011) e Melina Perussato (2010) revelam a estrutura de posse de escravos na segunda metade do século XIX. A primeira examinou os dados durante as décadas de 1840 até 1880. Como o período contemplado por esse artigo encerra-se em 1870, neste espaço abordaremos os resultados obtidos somente para as décadas de 1850 e 1860. Pesquisando diretamente nos inventários, M. Perussato desenvolveu estudo mais refinado do que o de Zettel. Entretanto, seu recorte temporal é mais limitado, estendendo-se entre os anos de 1860 a 1887. Sendo assim, consideraremos em nosso exame apenas os dados analisados pela autora para a década de 1860.

Segundo as informações levantadas por Roberta Zettel (2011), a representatividade dos pequenos escravistas aumentou consideravelmente nas décadas de 1850 e 1860 comparado com a de 1840. Se nesta os senhores de poucos escravos giravam em torno de 62% do total, nas posteriores eles atingiram cerca de 77% dos escravistas. Consequentemente, a proporção de médios e grandes donos de cativos ficou em torno de 23%. Como já colocamos no subcapítulo anterior, infelizmente, R. Zettel não especificou por décadas os dados sobre a acumulação dos cativos por faixa de escravaria, tampouco, por utilizar-se apenas do Catálogo do APERS, apresentou a proporção de inventários com e sem escravos.

Melina Perussato (2010), por seu turno, expõe dados mais completos para a década de 1860. Em primeiro lugar, a autora coloca que, em tal decênio, por volta de 82% dos inventariados de Rio Pardo possuíam cativos, valor próximo aos 84,5% encontrado por Petiz (2007) para o longo período entre 1769 a 1840. Estes números mostram que em tal região a escravidão foi permanentemente robusta por aproximadamente um século. E que mesmo na segunda década após a proibição do tráfico atlântico de escravos, a grande maioria dos

²⁹ Logo adiante veremos que em Rio Pardo na década de 1860, os senhores de poucos escravos acumulavam mais de 50% dos cativos.

proprietários inventariados era dona de cativos. Tal fato sugere que também nestas paragens o escravismo havia se edificado de forma consistente, e que o fim do tráfico negreiro não foi capaz de, sozinho, causar um abalo imediato na estrutura escravista ali estabelecida.

Em segundo lugar, no que tange a distribuição da posse de cativos na década de 1860 em Rio Pardo, Melina Perussato nos informa que “a maior concentração de proprietários e escravarias estava nas pequenas posses (80,4% de senhores com 52,2% das posses) [...]. Os grandes e médios proprietários perfaziam 19,6% e juntos concentravam 47,8% das posses” (2010, p. 65). A representatividade de cerca de 80% de pequenos escravistas averiguada por esta autora corrobora os dados levantados por Roberta Zettel (em torno de 77% nas décadas de 1850 e 1860), e confirma a tendência da dispersão da posse de escravos pela malha social. Fica claro, portanto, que em Rio Pardo o número de pequenos senhores de escravos aumentou consideravelmente após o encerramento definitivo do tráfico negreiro.

Além disso, o significativo aumento do número de pequenos escravistas nas décadas imediatas após o encerramento do tráfico negreiro insinua um rearranjo da estrutura escravista. Neste sentido, uma vez que a escravidão mantivera sua legitimidade pelo tecido social, tudo indica que a desagregação do sistema não se deu a partir dos estratos mais pobres da sociedade. Estes, assim como as parcelas da elite econômica, também buscavam criar estratégias para conservarem-se como senhores de cativos. Ao que parece, por mais que nas décadas de 1850 e 1860 o sistema escravista tenha perdido um de seus pilares de reprodução (o tráfico de escravos africanos), ele ainda gozava de grande prestígio por toda a malha social.

Considerações finais

Como anunciamos no início do texto, não tratamos das características da estrutura de posse nas áreas porto-charqueadores, notadamente, nos municípios de Rio Grande e Pelotas. No primeiro, Jovani Scherer localizou estruturas parecidas com as aqui analisadas para as regiões agropecuaristas, apesar de ter encontrado uma significativa concentração da posse de escravos na segunda metade do século XIX (2008, p. 42-43).

Já em Pelotas, as pesquisas de Jonas Vargas, Bruno Pessi e Natália Pinto demonstraram que, devido às suas particularidades socioeconômicas, o município era um caso atípico na província (ao menos em um aspecto). Muito em função das grandes escravarias dos charqueadores, a concentração de posse, na segunda metade do século XIX, alcançava níveis

maiores do que os encontrados em outras localidades. Porém, mesmo naquele contexto diferenciado, a posse cativa estava bastante disseminada.³⁰

Em relação a outras regiões do Império do Brasil, os resultados por nós encontrados reafirmam o que diversas pesquisas vêm divulgando: a disseminação da posse cativa era a tônica da escravidão brasileira.³¹ Sendo este fenômeno algo recorrente, o que podemos depreender a partir de sua constância, mesmo em regiões diversas, com diferentes estruturas socioeconômicas? Qual o significado disto para o entendimento da natureza da escravidão no oitocentos?

Em primeiro lugar, nos parece que a instituição gozava de uma ampla legitimidade social em meio aos diferentes estratos sociais. Logo, a clássica sentença de Caio Prado Júnior, de que a sociedade era formada pela divisão de *grande senhores* x *escravos*, não é mais, na sua totalidade, válida (PRADO JÚNIOR, 1992).³² Primeiro, porque além destes dois grupos sociais existia uma miríade de pequenos proprietários e/ou agregados, que tinham boa parte de sua produção baseada em uma lógica familiar.³³ E também porque os grandes proprietários existiam, por óbvio, especialmente nas regiões produtoras de café e açúcar que visavam o mercado externo (muito embora as grandes escravarias também estivessem presentes em Pelotas e, residualmente, na Campanha rio-grandense, por exemplo). Mas elas eram minoria, apesar de englobarem a maior parte dos cativos.

Neste sentido, algo caro à historiografia talvez não possa mais ser repetido, sem maiores considerações: não é mais possível reproduzir que a escravidão era conformada por grandes senhores, que asseguravam a própria existência da instituição, contra uma massa de indivíduos situados na base da pirâmide que, em última instância, não estavam comprometidos com ela. Pelo contrário. Inseridos em um contexto social e cultural onde a existência desta instituição era a regra, a busca dos diversos atores sociais era pela posse de escravos – o primeiro e, talvez, maior indicativo de distinção social.³⁴ Sendo assim, não nos parece desproporcional levantarmos a hipótese de que a derrocada do sistema escravista não

³⁰ PINTO, (2012), PESSI (2012) e VARGAS (2013).

³¹ Dentre outros, ver: SCHWARTZ (1988), MOTTA (1999), VERGOLINO; VERSIANI (2003), REIS (2005), MARCONDES (2010) e ALMEIDA (2012).

³² Apesar do autor se referir basicamente à sociedade colonial, parece-nos que seu arcabouço conceitual ainda prospera, influenciando a visão que se constrói sobre o período imperial (FARINATTI, 2010).

³³ Ver os clássicos: COSTA (1986), MATTOS (1987), FARIA (1998), FRAGOSO (1996); para a província do Rio Grande de São Pedro: ZARTH (1997; 2002); OSÓRIO (2007), FARINATTI (1999; 2010), GARCIA (2005), ARAÚJO (2008), TEIXEIRA (2008) e FONTELLA (2013).

³⁴ Não à toa, diversas pesquisas estão demonstrando que a posse de escravos por forros não era algo raro. Para a província do Rio Grande do Sul, ver: SCHERER (2008), MATHEUS (2012), PINTO (2012) e AL-ALAM; MOREIRA; PINTO (2013).

tenha se dado a partir da perda de legitimidade da escravidão nos estratos sociais mais pobres da sociedade.

Enfim, cremos que a problematização e o aprofundamento das análises dos resultados deste rol de pesquisas, que mostram a ampla legitimidade social da escravidão até o início da década de 1870, junto a outros campos de estudos sobre o sistema escravista podem promover pertinentes e profícuos debates historiográficos. Por conseguinte, tais debates ensejariam o refinamento e, até mesmo, a transformação dos modelos interpretativos sobre diversos temas da história social da escravidão no Brasil como, por exemplo: o modelo dualista da sociedade dividida entre *grande senhores x escravos*, a hierarquização social intracativeiro, as origens socioeconômicas e culturais do processo abolicionista, as relações de dominação em suas diversas interfaces, a agência escrava para além do reificado conceito de resistência³⁵ e a artificial dicotomia entre trabalho cativo e livre.

Bibliografia

- AL-ALAM, C. C., MOREIRA, P. R. S. e PINTO, N. G. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro**: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.
- ALMEIDA, K. L. N. **Alforrias em Rio das Contas** – Bahia (século XIX). Salvador: EDUFBA, 2012.
- ALADRÉN, G. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. **Sem respeitar fé nem tratados**: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c.1777-1835). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2012.
- ARAÚJO, T. L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.
- BERUTE, G. S. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.
- CARATTI, J. M. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense no contexto das leis abolicionistas uruguaias (1842-1862). Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

³⁵ Referimo-nos aqui a utilização automática e descontextualizada do conceito de resistência. Ou seja, defende-se que antes de simplesmente rotularem-se as ações dos cativos como resistência à escravidão, é necessário contextualizar e problematizar minuciosamente as evidências empíricas em suas diversas dimensões e pontos de vista, em especial, aquelas que envolvem relações entre senhores e escravos.

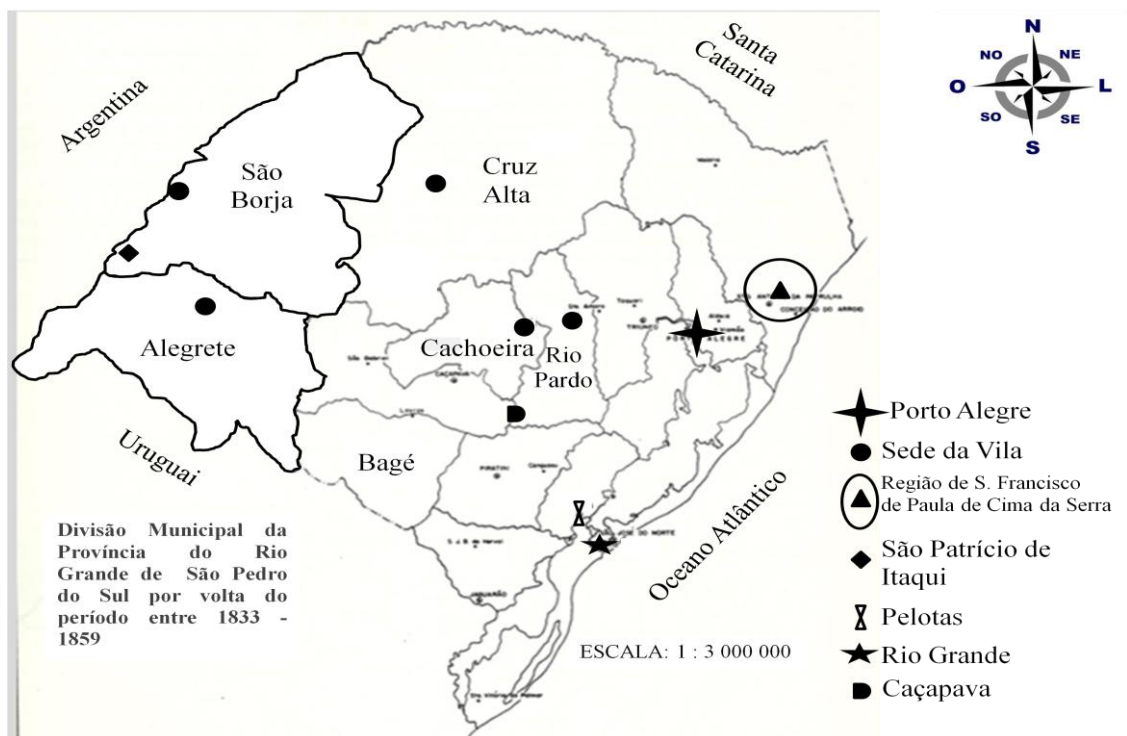
- CORRÊA, A. do N. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, 2013.
- COSTA, I. del N. da. Notas sobre o ciclo de vida e posse de escravos. **História - Questões e Debates**, v. 4, p. 121-127, 1983.
- _____. (org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- ENGEMANN, C., ASSIS, M. de e FLORENTINO, M. Sociabilidade e mortalidade escrava no Rio de Janeiro (1720-1742). In: FLORENTINO, M. e MACHADO, C. (orgs.). **Ensaio sobre a Escravidão I**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FARIA, S. de C. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINTATTI, L. A. E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865). Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2010.
- _____. **Sobre as cinzas da mata virgem** - os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação (Mestrado), PPGH/PUCRS, 1999.
- FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos**: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.
- _____. Muitas mãos à obra: escravos, guaranis, mestiços e família nos distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859). In: **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, UFSC, 2013a.
- _____. Da África ao Brasil Meridional: presença africana no Rio Grande de São Pedro (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 – 1822). In: **Anais eletrônicos do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- FRAGOSO, J. e PITZER, R. R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem. **Revista Arrabalde**, n. 2, set.-dez. 1988.
- _____. Principais da Terra, Escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro Seiscentista. **Revista Ciência & Ambiente**: história agrária e ambiental, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 97-120, 2006.
- _____. A economia brasileira no século XIX: mais que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Y. (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 145-196.
- GARCIA, G. B. **O Domínio da Terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.
- GIL, T. e SIRTORI, B. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

- GOMES, L. C. **Uma cidade negra:** escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012.
- LAUREANO, M. A. **A Última Vontade:** um estudo sobre os laços de parentesco entre os escravos na Capitania do Rio Grande de São Pedro, 1757-1809. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- LIMA, R. P. de. **A Nefanda Pirataria de Carne Humana:** escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.
- LUNA, F. V. **Minas Gerais:** escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.
- MARCONDES, R. L. **Diverso e Desigual:** o Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: Funpec, 2010.
- MATHEUS, M. S. **Fronteiras da liberdade:** escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- _____. **Da dispersão da posse escrava à ascensão social de forros em um contexto fronteiriço (Bagé, século XIX).** (texto inédito)
- MATTOS, H. M. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOREIRA, P. R. S. **Os Cativos e os Homens de bem:** experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.
- MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres:** posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo Fapesp/Annablume, 1999.
- OSÓRIO, H. **O império português ao sul da América:** estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- _____. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PERUSSATTO M. K. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINO, São Leopoldo, 2010.
- PESSI, B. S. **Entre o fim do tráfico e a abolição:** demografia e família escrava nas Charqueadas pelotenses (c. 1850 - c. 1884). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2012.
- PETIZ, S de S. **Caminhos Cruzados:** famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese (Doutorado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2009.
- _____. **Buscando a Liberdade:** as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851). Passo Fundo: UPF, 2006.
- _____. Considerações sobre a família escrava da Fronteira-Oeste do Rio Grande de São Pedro. In: **Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Florianópolis, 2007.

- PINTO, N. G. **A Bênção Compadre**: experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830-1850). Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UFRGS, São Leopoldo, RS, 2012.
- PRADO-JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia**. Natal: ANPUEC, 2005.
- SCHERER, J. de S. **Experiências de busca da liberdade**: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredo internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVEIRA GUTERRES, L. B. **Para além das fontes**: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria: 1844-1882). Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2005.
- SIRTORI, B. **Entre a Cruz, a Espada, a Senzala e a Aldeia**: hierarquias sociais em uma área periférica do antigo Regime. Dissertação (Mestrado em História Social) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2008.
- _____; GIL, T. L. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770 – 1795. In: XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 123-142.
- TEIXEIRA, L. **Muito mais que senhores e escravos**: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.
- VARGAS, J. M. **Pelas Margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- VERGOLINO, J. R. O e VERSIANI, F. R. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e sertão de Pernambuco (1777-1887). **Estudos Econômicos**, v. 33, p. 353-393, 2003.
- ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920**. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, 1997.
- _____. **Do Arcaico ao Moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- ZETTEL, R. F. V. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.
- XAVIER, R. C. L. **História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional**: guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Anexo

Mapa – Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)*



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979.

* Esclarecemos que as divisões municipais apresentadas no mapa são apenas aproximações. Entre 1833 e 1859 diversos municípios foram sendo criados, modificando a divisão municipal exposta neste mapa. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, município criado em 1846 na porção oeste da Vila de Alegrete.

*Recebido em 30 de Setembro de 2013.
Aprovado em 11 de Dezembro de 2013.*